



## DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO REACIONÁRIO

Challenges of professional formation in Social Work in times of reactionary conservatism

Cristiana Costa Lima\*

 <https://orcid.org/0000-0001-6071-226X>

### RESUMO

Reflexão sobre os desafios para a formação profissional de assistentes sociais frente ao avanço do conservadorismo reacionário na contemporaneidade, particularmente no Brasil. A partir das elaborações do pensador italiano Antonio Gramsci e outros autores de tradição marxista, relaciona esse processo com a luta das classes e a cultura política em disputa, no movimento dialético que inter-relaciona estrutura e superestrutura da sociedade. Aborda criticamente as bases do pensamento pós-moderno, apresenta as características dessa corrente ideopolítica e explana como essa elaboração tem sido utilizada pelo conservadorismo para reposicionar-se no Serviço Social. Discorre sobre essa influência na formação profissional em Serviço Social e conclui enumerando os desafios aos/as assistentes sociais, particularmente quanto ao seu Projeto Ético-Político, construído pela categoria desde o Congresso da Virada. Para esse fim, levantou dados junto à plataforma do e-MEC da situação atual das escolas de Serviço Social no Brasil, nas modalidades presenciais, a distância, privadas e públicas. E produziu sólida revisão bibliográfica sobre os fundamentos teóricos-históricos de análise crítica utilizados pelo Serviço Social para investigar o tempo presente em que o conservadorismo reacionário reascende e a atenção necessária ao seu enfrentamento, que deve ser realizado nos quatro eixos constitutivos da profissão do Serviço Social: construção do conhecimento, formação, organização e intervenção.

### PALAVRAS-CHAVE

Conservadorismo reacionário; Pensamento pós-moderno; Formação profissional; Projeto ético-político.

### ABSTRACT

Reflection on the challenges for the professional formation of social workers in the face of the advance of reactionary conservatism in contemporary times, particularly in Brazil. From the elaborations of the Italian thinker Antonio Gramsci and other authors of the marxist tradition, it relates this process with the fight of the classes and the political culture in dispute, in the dialectical movement that interrelates the structure and superstructure of society. It critically approaches the bases of postmodern thought, presents the characteristics of this ideopolitical current and explains how this elaboration has been used by conservatism

---

\* Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA, São Luís, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA, São Luís, Brasil). E-mail: cristiana.lima@ufma.br

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p237-252



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

to reposition itself in Social Work. It discusses this influence on professional formation in Social Work and concludes by enumerating the challenges to social workers, particularly regarding their Ethical-Political Project, built since the Virada Congress by the category. To this end, it collected data with the e-MEC platform on the current situation of Social Work schools in Brazil, in face-to-face, distance, private and public modalities. And produced solid review on the theoretical-historical foundations of critical analysis used by the Social Work to investigate the present time in which reactionary conservatism re-emerges and the necessary attention to its confrontation, which must be carried out in the four constitutive axes of the Social Work profession: knowledge construction, formation, organization and intervention.

#### KEYWORDS

Reactionary conservatism; Postmodern thought; Professional formation; Ethical-political project.

#### Introdução

O chamado espírito do tempo expressa aquilo que podemos denominar de consenso social, estabelecido material e espiritualmente, a partir do modo de produção que a sociedade forjou em dada época. Ele equivale à consciência da sociedade atual, mas não se confunde com tempo cronológico. Em “A ideologia alemã”, o que seus autores expressaram: as ideias dominantes na sociedade são as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS, 1993). Consenso e coerção, a partir de uma hegemonia estabelecida na sociedade civil, pela mediação entre estrutura e superestrutura do modo de produção em movimento, e sob luta entre as classes fundamentais, complementou Gramsci (2002, 2004).

Sob esses pressupostos, a reflexão que nos propomos nesta contribuição é a que possibilite avançarmos em descortinar esse espírito de nosso tempo presente para orientarmos nossa práxis no Serviço Social, com vistas a reforçar o caminho traçado pelo Projeto Ético-Político para a profissão. Identificar as frentes de ataque que vem sofrendo para sabermos defender esse projeto que tem norteado, desde o Congresso da Virada (1979), um exercício profissional comprometido com a emancipação humana.

Nesse sentido, analisar a retomada da tendência com influência conservadora no curso, especialmente em seu viés reacionário, é refletir sobre a realidade que emergiu fortemente, no Brasil, a partir do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, por intermédio de um golpe parlamentar-judiciário-midiático, e que se prolongou durante o período da prisão de Lula da Silva, até a eleição de Jair Bolsonaro. Contudo, mais que isso, é jogar luz sobre o processo de retomada no pensamento neoliberal que se espraiou até mesmo em setores do chamado campo progressista. Por isso, o conservadorismo, pós-queda do Muro de Berlim, manteve-se na ofensiva no campo da batalha das ideias, impondo teses que colocam em xeque as grandes narrativas e a existência das classes em disputa na sociedade. Um verdadeiro fim da história. Eis o que Perry Anderson (apud OLIVEIRA, 2005, p. 150) definiu o neoliberalismo como uma ampla e profunda vitória da ideologia conservadora, mas um desastre econômico.

Esse êxito ideológico rebateu na chamada crise de paradigmas que tencionou o campo das Ciências Sociais e, particularmente do Serviço Social, a abandonar o método crítico-dialético. É nesse contexto que emerge o pensamento pós-moderno que dá sustentação à retomada do conservadorismo, avançando nos mais diversos campos de conhecimento e na sociedade. Com isso, privatização, mercantilização da educação, ensino a distância, são elementos de tensionamento da formação profissional do/da assistente social, o que nos

propomos analisar aqui, a fim de verificar por quais espaços estão vindo o avanço conservador reacionário na profissão.

Assim, estruturamos este texto em dois eixos — sobre as transformações que foram operadas pelo capital que deram margem ao avanço da cultura do conservadorismo e como elas incidem sobre a formação profissional no Serviço Social — a fim de traçarmos os elementos que, acreditamos, são pertinentes para não darmos nenhum passo atrás no Projeto Ético-Político que possibilitou a categoria dos/das Assistentes Sociais ser uma referência na luta pela construção de um projeto alternativo de sociedade.

### **Apontamentos sobre as transformações operadas pelo capital que propiciaram o avanço da cultura do conservadorismo reacionário no Brasil**

As transformações econômicas, políticas e ideológicas trazidas pela *acumulação flexível* — termo cunhado por David Harvey (2010) — na organização da produção e do trabalho, no movimento da complexa dinâmica da financeirização do capital, operaram profundas modificações na estrutura e na superestrutura da sociedade.

Em *Americanismo e Fordismo*, Gramsci (2001) dedica boa parte de suas análises para demonstrar a vida americana sob o fordismo. O autor argumenta no sentido de evidenciar que a disciplina frente às novas necessidades de produção e de vida combina-se com coação e consenso operados na estratégia de hegemonia buscada pelas classes dirigentes sobre as classes subalternas. O americanismo, na perspectiva gramsciana, era entendido como a racionalização do aparato produtivo e da vida político-social, constituindo-se fonte de hegemonia americana, gerando poder e controle sobre a vida de todos.

A esse respeito, escreve Gramsci: na “América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.” (GRAMSCI, 2001, p. 249). O fordismo aparece como “[...] ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro.” (GRAMSCI, 2001, p. 242). Em síntese, difunde-se um novo modelo de relações industriais, cuja finalidade era recompor o trabalhador coletivo de acordo com as novas exigências da racionalidade produtiva e suas demandas por controle e eficiência (BRAGA, 1996).

Diante disso, Gramsci entende o americanismo como uma forma do capitalismo que altera o padrão societário. A questão do americanismo é aqui entendida como uma ideologia constitutiva do real (DIAS, 1996), na qual se impunha a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho. Esse novo homem, o trabalhador coletivo, é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas (GRAMSCI, 2001).

A racionalização da produção corresponde a um novo ajuste entre estrutura e superestrutura, no sentido de garantir a unidade entre as relações sociais de produção e os aparelhos de hegemonia. Esse processo exigiu que se organizasse “[...] uma rede de aparelhos e organizações voltados às necessidades de manutenção, educação, de assistência e de coerção sobre seus membros.” (SOUZA, 1992, p. 30).

A racionalização da produção e do trabalho, consubstanciada no que Gramsci denominou de americanismo, expressa a organização da cultura e da hegemonia burguesa no capitalismo monopolista. O processo de qualificação vinculava-se diretamente ao sistema de produção posto em movimento pelo capital. No taylorismo/fordismo, assumia a forma tecnicista, que levava o trabalhador ao aprender a fazer. Esse modelo coexiste com o modelo em ascensão contemporaneamente, cujo processo de qualificação assume um formato baseado na flexibilização do processo produtivo, no qual, do trabalhador, são exigidas competências relativas ao saber ser. Tais mudanças efetivaram-se com a crise do capitalismo a partir de 1970, quando o padrão fordista-keynesiano de produção e regulação estatal entra em esgotamento. Trata-se de uma crise do padrão societário instaurado sob o chamado Estado de Bem-Estar Social, cujas saídas deram-se nos marcos do neoliberalismo. O novo padrão de produção adotado altera de maneira significativa a configuração do Estado-nação: os processos trabalhistas, o mercado, o consumo, as relações entre as classes, entre o Estado e a sociedade.

Com a crise e o desmonte do tripé fordismo/taylorismo/keynesianismo, o capital necessitava de um novo padrão e de uma nova estratégia de acumulação que, a um só tempo, fosse capaz de elevar os índices de produtividade e o crescimento econômico. Nesses termos, o padrão fordista-keynesiano vem sendo substituído por novos mecanismos e formas de acumulação, capazes de oferecer respostas ao quadro crítico de crise que se desenhava. A acumulação flexível, como aponta Harvey (2010, p. 140), é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Esse novo padrão de acumulação tem como diferença central o controle do trabalhador não mais na esfera da administração da resistência dos trabalhadores, mas na arena política, por meio da obtenção do seu consentimento ativo ao processo de flexibilização do movimento do capital. Um controle que ocorre via protocolos organizacionais de produção instituídos nesse processo, nos quais, diferente do fordismo, em que havia um controle externo exercido por um supervisor, o trabalhador passa agora a realizar o próprio controle — sobre si e sobre os demais trabalhadores.

Na perspectiva das estratégias de recomposição das bases político-ideológicas da hegemonia do capital mundializado, um novo tipo de trabalhador adequado à nova racionalidade da produção é criado. Ele é a base de uma nova sociabilidade (que subsume um padrão de produção, de pensar, de comportamento etc.), cujas estratégias de recomposição da hegemonia do capital reorganizam os mecanismos de controle, de consumo, impondo um rearranjo das relações sociais, do próprio papel da escola, da formação profissional, da reforma do Estado, de controle do trabalhador no intuito de manter as bases político-ideológicas do capital.

Assim, temos o que Marx já preceituava na *Introdução à contribuição à crítica da economia política*: “[...] a produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva.” (MARX, 2003, p. 236-237). Com esse modelo de produção, emerge outra cultura constitutiva da sociabilidade trazida

por ele. As mudanças tecnológicas, a automação, a busca por novos nichos de mercado, a reestruturação produtiva e a intensificação do controle do trabalho são, portanto, algumas das características que vão marcar profundamente a classe trabalhadora em todo o mundo. Todas essas mudanças significaram uma redução do emprego regular em favor do crescente trabalho parcial, temporário, “uberizado”, informalizado, ou seja, há um aumento da precarização do trabalho.

Se em *Americanismo e fordismo*, Gramsci nos chama à reflexão acerca da concepção de um novo tipo de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e produção, sua reflexão se atualiza à medida que a *acumulação flexível* aprofunda a subsunção do trabalhador ao capital, tornando-a muito mais intensa e qualitativamente distinta do fordismo. No entanto, anota Gramsci, a construção da hegemonia de um grupo não se restringe às relações no terreno da economia, mas remete à formação de uma cultura que torna hegemônica e universal a visão de mundo de uma classe. E mais: tal hegemonia é compreendida como “[...] direção intelectual e moral e domínio político exercidos por uma classe, em determinadas condições históricas.” (ABREU, 2002, p. 24). Para que haja a adesão das classes a um projeto econômico, social, político e cultural que consolide a hegemonia de uma classe, é necessário socializar valores, visões de mundo e da sociedade.

A década de 1980, como era de conservadorismo, não importando como a denominemos — neodireitização, neoconservadorismo, neoliberalismo (CUEVA, 1989)<sup>1</sup> —, foi o palco para a emergência desse novo espírito do tempo marcado pelo ecletismo, pela defesa da existência de uma sociedade economicamente pós-industrial e culturalmente pós-moderna, que toma o saber científico como um tipo de discurso. Essa “condição pós-moderna”, nos termos postos por Jean François Lyotard (2013), acabou por se configurar uma ideologia que traz em sua base “a incredulidade diante das metanarrativas” (HARVEY, 2010, p. 50), um evidente, assim, distanciamento das elaborações de tradição marxista.

A ambiência cultural da França pós-68, combinada à discussão dos paradigmas, que já vinha desde 1945, com o conservadorismo dos anos 1980, dá expressão e divulgação à pauta e ao pensamento de que a ciência é substancialmente um jogo de linguagem. Essa tese abre o caminho para o que vai ser repetido nas formulações pós-modernas daqui para frente. Isso significa que a coerência e a validade das formulações científicas não têm relação com a realidade a que elas se remetem.

Os referentes desse discurso pouco importam. A validade do discurso não será verificada em qualquer experimentação que remeta aos referentes materiais; ela vai ser verificada e testada à medida que os partícipes desse jogo linguístico a aceitem como tal. Há aí uma clara redução da ciência a discurso e, por consequência, sua validação não depende de qualquer verificação extralinguística. Essa é a ideia central do discurso pós-moderno (NETTO, 2010).

---

<sup>1</sup> Justifica-se essa caracterização da década de 1980 por que ela marcou a ascensão de líderes conservadores, como Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989, Margaret Thatcher, primeira ministra da Inglaterra, entre 1979 e 1990, que propagaram em todo o mundo o receituário econômico neoliberal e fortemente o combate ao bloco liderado pela, então, União Soviética, cujo sistema socialista desmoronaria, simbolicamente, com a queda do muro de Berlim, em 1989, sob as reformas conduzidas por Mikhail Gorbachev, líder político russo, entre 1985 e 1991, tendo exercido a presidência do país entre 1990 e 1991.

Seguramente, a partir de Lyotard, o pensamento pós-moderno assume o primeiro plano na cultura ocidental capitalista, influenciando domínios de saber, manifestações estéticas e práticas políticas; “[...] e, nas duas décadas seguintes, constituirá um campo teórico diferenciado e desencadeará a produção de uma bibliografia enorme, muito mais apologética que crítica.” (NETTO, 2010, p. 256).

Isso porque,

[...] o prefixo *pós* tem muito mais o sentido de exorcizar o velho (a modernidade) que de articular o novo (o pós-moderno). A *consciência* pós-moderna não corresponde uma *realidade* pós-moderna. É, literalmente, falsa consciência, porque é a consciência de uma ruptura que não houve. Ao mesmo tempo, é também consciência verdadeira, porque alude, de algum modo, às deformações da modernidade. Fantasmando uma pós-modernidade fictícia, o homem está querendo despedir-se de uma modernidade doente, marcada pelas esperanças traídas, pelas utopias que se realizaram sob a forma de pesadelos, pelos neofundamentalismos mais obscenos, pela razão transformada em poder, pela domesticação das consciências no mundo industrializado e pela tirania política e pela pobreza absoluta nos 3/4 restantes do gênero humano. (ROUANET, 1987, p. 269).

Igualmente, não se sustenta a ideia de que estamos em um mundo novo, ainda que estejamos diante de novas transformações desse mundo; o que mantém a validade das categorias fundamentais da crítica da economia política trazida pelas elaborações marxianas: “em alguns momentos, sob a aparência da descontinuidade, há uma enorme continuidade; e, às vezes, o que aparece como continuidade, há um conjunto de rupturas”. (NETTO, 2010, p. 250). Deve-se entender, então, que nesse quadro em que vivemos, há fenômenos novos em toda a escala societária: desde a produção material até a reprodução ideal, afetando todas as esferas da vida, num processo incompleto, que não se findou e cuja direção está indefinida.

Dessa maneira, “assim como não foi a máquina a vapor que iniciou o capitalismo, mas um novo tipo de relações sociais, não será o computador da quinta geração que vai acabar com o capitalismo, e sim uma mudança nas relações sociais”. (ROUANET, 1987, p. 258-259). Nessa reflexão, Rouanet nos desperta para uma contundente crítica a um dos pressupostos do pensamento pós-moderno: o de que alcançamos o estágio de sociedades pós-industriais, sociedades do conhecimento, por conta da emergência da chamada era informacional, digital, das sociedades em rede.

Ou seja, evidente que estamos diante de um capitalismo contemporâneo que exige dos pesquisadores atenta observação aos fenômenos e processos novos, com instrumentos de análise cada vez mais apurados. O que implica entender que não é o capitalismo dos anos 1970, mas, ainda que sob novas questões, novos problemas, como alerta José Paulo Netto (2010, p. 258, grifo do autor), “[...] é e continua sendo capitalismo [...]”, fundado na exploração do trabalho, contendo contradições e limites imanentes a sua estrutura e dinâmica.

Ainda assim, temos que a pós-modernidade “[...] é um movimento intelectual muito diferenciado — não constitui um campo teórico e ideopolítico homogêneo” (NETTO, 2010, p. 261), posto que não existe “[...] nem *uma* nem *a* teoria da pós-modernidade: há *teorias*

pós-modernas.” (NETTO, 2010, p. 261).<sup>2</sup> Incapaz de elaborar uma teoria social, o que a pós-modernidade pode oferecer é um espelhamento, um reflexo imediato da vida social na sua imediatez. Assim, o pensamento pós-moderno se configurou, sobretudo, como uma ideologia pós-moderna.

Contudo, “[...] a ideologia pós-moderna, configurando o *espírito do tempo* do tardo-capitalismo, está longe de ser um resultado direto e imediato da sociabilidade tardo-burguesa.” (NETTO, 2010, p. 267). Esta, envolta-se de diferentes *linhas de força* da cultura ocidental, observa Netto (2010). E, recorrendo a Rouanet (1987), essa ideologia pós-moderna não pode ser a expressão dessa sociabilidade tardo-burguesa, precisamente porque

[...] o traço geral do pensamento pós-moderno, em todas as suas diferenciadas expressões, consiste na completa recusa de uma verdadeira ontologia social, que só se pode sustentar a partir da compreensão do trabalho como fundante do ser social. O pensamento pós-moderno é radicalmente anti-ontológico e a sua crítica, também para ser radical, deverá partir necessariamente de uma perspectiva teórica ontológica. (NETTO, 2010, p. 269).

Por ser a ciência pós-moderna incrédula com relação às narrativas legitimadoras (ROUANET, 1987), o que disso resulta é a impossibilidade da ideologia pós-moderna de erigir uma teoria ontológica do tempo que busca compreender e expressar. Tal qual a crítica de Carlos Nelson Coutinho às matrizes estruturalistas — que promovem a autonomização da epistemologia em relação à ontologia (COUTINHO, 2010b) —, o pensamento pós-moderno também realiza essa operação e, em última consequência, elimina a ontologia, suprimindo a possibilidade de apreender concretamente a *historicidade* dos processos sociais (NETTO, 2010).

Da negação do trabalho como elemento fundante do ser social, da recusa à categoria da totalidade, da inconsistência de uma análise econômica sobre o capitalismo e a ausência de uma teoria social, surgem os traços gerais do pensamento pós-moderno. A eles, juntam-se outras características, as quais:

(1) A dissolução da categoria verdade – ao pensamento pós-moderno, a verdade é inerente ao visível, ela passa a ser resultado de um consenso intersubjetivo, está convertida em “[...] *artefactualidade discursiva*, dela não resta a menor relação com a realidade que existe independentemente da consciência dos homens e das mulheres.” (NETTO, 2010, p. 267, grifo do autor).

(2) A interdição do universal – que se evidencia na “[...] defesa pós-moderna da particularidade (em especial, mas não exclusivamente, das particularidades culturais).” (NETTO, 2010, p. 268).

---

<sup>2</sup> Netto distingue os intelectuais pós-modernos em dois tipos: os de *oposição*, aqueles que se pretendem críticos à ordem do capital, e os de *celebração*, aqueles expressamente convencidos de que a sociedade burguesa é a paragem final da história (NETTO, 2010). Habermas (apud ROUANET, 1987, p. 149) identifica duas variedades, o conservador e o crítico, com as mesmas perspectivas apontadas anteriormente.

(3) O relativismo do conhecimento – a partir da suposição de que todas as teorias são incompletas, insuficientes e incapazes de dar conta do objeto tratado.

(4) O ecletismo – o pensamento pós-moderno assume

[...] a entronização do ecletismo como cânon metodológico: posto que "o conhecimento pós-moderno" [...] é relativamente imetódico, [ele] constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica — o que abre via à glorificação da "transgressão metodológica". (NETTO, 2010, p. 262, grifo do autor).

(5) A observação imediatista da realidade – o pensamento pós-moderno *suspeita da distinção entre aparência e essência* e, orientado por essa perspectiva, aceita a imediaticidade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão de sua inteira existência e modo de ser; assim, mantém-se sob a aparência enganadora das coisas (NETTO, 2010).

(6) A concepção idealista do mundo social – pela qual os pós-modernos responsabilizam a razão moderna pelo fracasso das promessas da modernidade, em que a dimensão instrumental colonizou a dimensão emancipadora. “Ao creditar à razão moderna a realidade histórico-social contemporânea, *o que fica na sombra é a ordem do capital, com a dominação de classe da burguesia.*” (NETTO, 2010, p. 263, grifo do autor).

(7) A priorização à descritividade do fenômeno – pela qual os pós-modernos nos apresentam um quadro descritivo de elementos da sociedade contemporânea, frequentemente generalizada pelo subjetivismo.

(8) A semiologização da realidade social – o privilégio à dimensão simbólica da vida social, reduzindo-a à pura discursividade ou ao domínio do signo (NETTO, 2010).

(9) A omissão quanto ao Estado – “[...] os teóricos do pós-moderno são surpreendentemente omissos com relação ao Estado.” (ROUANET, 1987, p. 236). Mas, como identifica Paulo Sérgio Rouanet, se são lacônicos com relação ao Estado, são mais loquazes com relação às novas formas de política:

Enquanto a política moderna tinha como palco o Estado e visava à conquista ou à manutenção do poder estatal, a política pós-moderna tem como palco a sociedade civil e visa à conquista de objetivos grupais ou segmentares. Os sujeitos da nova política não são mais cidadãos, mas grupos, e seus fins não são mais universais, visando ao interesse geral, mas micrológicos. (ROUANET, 1987, p. 237).

É esse pensamento pós-moderno que, se configurando como uma cultura, vai servir de suporte ao conservadorismo de caráter reacionário, constituindo-se como expressão da luta de classes, presente na base do pensamento e do modo de vida das classes dominantes brasileiras e de sua ideologia. Em termos gramscianos, entendemos a cultura como exercício do pensamento, o modo de ser, aquisição de ideias gerais, hábito de conectar causa e efeito. Para o autor, todos são cultos, pois todos pensam e conectam causa e efeito. Não são, porém, organicamente, e sim, empiricamente.

A cultura é entendida como o modo de ser, pensar e agir dos indivíduos adequados ao modo de produzir. Nas análises de Antonio Gramsci, cultura pode ser entendida como



totalidade expressa na relação orgânica entre estrutura e superestrutura, sob a hegemonia de uma determinada classe, no interior do bloco histórico. Gramsci chama a atenção para o fato de que “[...] uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.” (GRAMSCI, 2002, p. 19).

O conservadorismo reacionário brasileiro, retomado no tempo presente, explicita características históricas das classes dominantes no país: mentalidade escravocrata, desprezo pelos setores subalternizados, retórica anti-intelectual, práticas fisiologistas, incômodo com algumas das restrições democráticas e constitucionais, negação de direitos sociais, subserviência aos Estados Unidos, autoritarismo, mandonismo (SOUZA, 2020).

Particularmente a partir de 2013, no caso específico do Brasil, após 13 anos de governo petista, marcado por avanços na agenda social, assistimos a um processo de organização da burguesia nacional e sua estratégia de atualização das bases de dominação e atuação político ideológica. O capital internacional e frações da burguesia nacional iniciaram uma forte ofensiva contra o governo de Dilma Rousseff, culminando com o golpe parlamentar-judiciário-midiático de 2016, que significou, antes de mais nada, uma tentativa de restaurar o pensamento liberal ortodoxo que vinha sendo implantado desde os anos de 1990, mas que na era da ascensão do PT ao governo central, sofreu alguns refluxos.

Desde então, vivenciamos no Brasil uma avalanche de retrocessos, que rebatem nas políticas sociais, na redução de direitos trabalhistas e previdenciários, no padrão civilizatório de humanidade, na política econômica pautada na redução do Estado, liberdade absoluta para o mercado, privatizações, além de iniciativas que desmontam o sistema de educação, ciência e cultura do país. Afora os ataques aos povos originários e ao meio ambiente, o incentivo à violência no campo e o desmatamento desenfreado da Amazônia em prol da expansão da fronteira agrícola da monocultura. Nesse bojo, iniciativas ideológicas como “Escola sem partido”, deslaicização do Estado, com forte influência das tendências religiosas neopentecostais, deslegitimação dos direitos conquistados pelos segmentos LGBTQIA+ e pelas mulheres via combate a “ideologia de gênero”, incentivo ao racismo e a iniciativas de cunho nazifascistas.

Nesse sentido, não se trata de um conservadorismo, mas de um conservadorismo acentuadamente reacionário. No tempo presente, de análoga configuração como Marx e Engels percebiam as camadas médias da sociedade de 1848: “não são revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, **são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História**” (MARX, ENGELS, 2005, p. 49, grifo nosso).

Em 1848, o conservadorismo almejava reformar as instituições fundantes do mundo do capital sem feri-las; o reacionarismo, por sua vez, pretendia o retorno ao Antigo Regime (NETTO, 2004). No Brasil das primeiras duas décadas do século XXI, o conservadorismo reacionário mira na restauração do período da Ditadura Militar (1964), com perspectivas nazifascistas das primeiras décadas do século XX. Dessa maneira, temos um movimento não para manter o *status quo*, que caracteriza o conservadorismo, mas um movimento que luta contra as conquistas históricas da classe trabalhadora no confronto com a burguesia e até contra o desenvolvimento civilizatório da humanidade.

## Incidência da cultura conservadora reacionária no Serviço Social no tempo presente

A crise mundial na qual nos encontramos — econômica, social, de reconfiguração geopolítica militar e de multipolaridade após o fim do bloco soviético — é a expressão da crise de hegemonia do imperialismo dos Estados Unidos, em disputa com a poderosa China, em ascensão — no plano econômico, sobretudo —, e com a Rússia — na área militar. A financeirização do capital, aludida anteriormente, e as novas transformações trazidas pela revolução digital nas comunicações e no mundo do trabalho, reverberam na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora.

Impedida pelos aparelhos ideológicos dominantes de fazer a leitura da essência dessa realidade concreta em movimento, essa classe é induzida a ficar apenas na aparência e seduzida a vislumbrar somente saídas imediatas e anticivilizatórias a essa crise. A barbárie passa a ser uma opção sem freios. Nesse contexto, o conservadorismo assume viés eminentemente reacionário (xenofobismo, machismo, racismo, armamentismo, irracionalismo, etc.). Essa nova roupagem reatualiza o conservadorismo, dando a ele um caráter de uma *nova proposta*. Esse conjunto de fatores vai adensar o caldo de cultura sob o qual o/a assistente social se deparará no exercício da profissão na atualidade.

Dessa forma, a partir do que anotamos anteriormente, constatamos que esse conservadorismo assume como pressuposto teórico a descredibilização da vertente crítico-dialética existente no Serviço Social. E faz isso incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo. Como aponta Lopes (2001, p. 33), a profissionalização do Serviço Social na América Latina é um fenômeno do século XX, emergindo sob o signo do conservadorismo e da reação, pós-Revolução Russa (1917), cujas forças hegemônicas do capitalismo e da Igreja Católica passaram a agir e a se relacionar com as massas para conter a ameaça do comunismo em todo o globo. Esse processo não findou por conta da emergência de um projeto alternativo que levou à ruptura com o Serviço Social conservador, ao final da década de 1970, no Brasil. Romper não significou aniquilar. O conservadorismo continuou latente, sempre à espreita, pois é fruto da luta de classes de uma sociedade em constante movimento, nem sempre no sentido progressivo, o que incide diretamente na profissão que lida com as expressões da questão social, o Serviço Social.

No pensamento gramsciano, as exigências históricas da construção da hegemonia pelas classes subalternas como estratégia revolucionária redefinem o lugar da cultura como condição necessária do processo de emancipação político-ideológica dessas classes, do qual faz parte a luta pela constituição e redimensionamento das relações de força e a conquista do poder do Estado. (ABREU, 2002, p. 24). Nessa perspectiva, as análises gramscianas inscrevem-se na afirmação de que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. Contudo, entende que “a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente ‘escolásticas’ [...]” (GRAMSCI, 1991, p. 37). Essa relação pedagógica existe em toda a sociedade, no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos.

É nesse âmbito de construção de hegemonia que se moldam os traços fundamentais das relações pedagógicas entre intelectuais e massa e que incidem nas práticas sociais em geral e, aqui já podemos pensar também, que incidem na função pedagógica do/a assistente

social. Redesenha, assim, os principais contornos dos perfis pedagógicos da intervenção profissional, conforme analisado por Marina Maciel Abreu, no livro “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional” (2002).

Esses perfis pedagógicos estão em permanente processo de elaboração, reelaboração e assimilação sob influência da cultura dominante e da luta de classes. Eles revelam a mediação profissional nos processos de negação, assim como na afirmação da cultura dominante e da constituição de uma nova e superior cultura, a partir das classes subalternas. Concretiza-se no cotidiano contraditório da intervenção. Assim, a cultura profissional tem sua principal referência na formação, nos processos organizativos, na produção do conhecimento e convergem para sedimentar a intervenção.

A intervenção é a referência primeira dessa totalidade a se materializar. Ela é mediada pelo mercado de trabalho, o espaço em que se expressam as necessidades sociais, os interesses e as condições de trabalho que orientam a prática profissional (ABREU, LOPES, 2018). Esta, por sua vez, no contexto do domínio do capital financeiro e da *acumulação flexível* da produção, é afetada pelas metamorfoses do trabalho e pela fragmentação da classe trabalhadora, tensionada a dar respostas marcadas pela despolitização, individualização e desmobilização. Elementos constitutivos dessa cultura conservadora reacionária a qual nos referimos.

Esse avanço do conservadorismo reacionário dá-se fortemente por dois marcos que constituem as políticas educacionais para o ensino superior ditadas pelo Governo Federal, desde o governo FHC (1995–2002), passando pelos 13 anos dos governos Lula-Dilma (2003–2016) e aprofundados nos governos Temer (2016–2018) e Jair-Bolsonaro (2019–2022), quais sejam: (i) a expansão da privatização e (ii) o crescimento do ensino a distância, ambos sob um caráter de mercantilização do ensino superior no país. Isso, claro, num contexto de recrudescimento mundial do pensamento conservador reacionário mundo afora e, também, Brasil adentro, no qual o neoliberalismo ganhou novos contornos e características estruturais: mesmo sistema de acumulação, mas com qualidades distintas (LEHER, 2020).

No Serviço Social, a incidência desse projeto de cunho neoliberal, a partir dos anos 1990, seguindo uma tendência nacional, impulsionada pela reforma do Estado e da educação superior, trouxe uma proliferação de instituições de ensino superior<sup>3</sup>. O número de cursos oferecidos por instituições privadas e a distância ampliou-se de forma irrefreada. Dados colhidos da plataforma e-MEC (2022) evidenciam o salto de 376 escolas de Serviço Social,

---

<sup>3</sup> Na educação superior, a incidência desse projeto tem configurado uma realidade com forte expansão da rede privada e do ensino a distância. Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2020) comprovam cabalmente esse quadro: das 19.626.411 vagas ofertadas no ensino superior, 13.516.300 vagas foram destinadas à educação a distância (68,9%), enquanto 6.110.141 para a educação presencial; e daquelas, há 13.380.045 vagas na modalidade a distância destinadas para instituições privadas (99%), enquanto 136.255 para instituições públicas (1%). Ou seja: 99% das vagas de ensino a distância estão destinadas para o ensino privado, que já detém, no geral, 95,6% da oferta de vagas no ensino superior no País. Dados de oferta de vagas que, nas matrículas, confirmam a expansão privatista no ensino presencial e aponta o crescimento constante do ensino privado a distância. No País, no ano de 2020, foram efetivadas 8.680.354 matrículas no ensino superior. Dessas, 1.956.352 foram na rede pública, enquanto na rede privada foram 6.724.002 matrículas (INEP, 2020).

antes de 2013, para 624 escolas, em 2022. Dessas, 464 são de ensino presencial e 160 de ensino a distância<sup>4</sup>.

A particularidade desses dados, ao se verificar a plataforma e-MEC (2022), é que se encontra em processo de extinção 70 escolas presenciais de Serviço Social. O que aponta a tendência de crescente diminuição do ensino presencial em detrimento do ensino a distância no Serviço Social. Dado que exige uma atenção maior por parte das organizações da categoria, sobretudo no contexto em que temos também cursos de pós-graduação sendo fechados, a exemplo do Programa de Pós-Graduação da PUC do Rio Grande do Sul.

Sob essa expansão privatista das escolas de Serviço Social, o desafio passa a ser em que medida essas referidas instituições de ensino privadas têm sido capazes de efetivar seus projetos políticos pedagógicos em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Souza (2019) aponta algumas especificidades relativas aos projetos pedagógicos de instituições de ensino com viés privatista, tanto em modalidade presencial quanto a distância: ocultação do termo e da dimensão política da formação; concepção mais preocupada com a adequação legal às regras do MEC do que com os fundamentos do Projeto Ético-Político do curso; competências e habilidades com primazia à empregabilidade do egresso e o atendimento das demandas do mercado; concepção dicotômica da formação em Serviço Social no que se refere à relação teoria-prática da profissão; reordenamento do currículo para uma formação a partir do “Núcleo Base” e do “Núcleo Profissionalizante” em detrimento da formação sustentada nos núcleos de “Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social”, “Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira” e “Fundamentos do Trabalho Profissional”, como orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS; e, particularmente no ensino privado a distância, inobservância em considerar e dar respostas à regionalidade na qual o curso se insere e descontinuidade, nos princípios específicos à formação profissional em Serviço Social, das orientações pautadas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Nesse contexto, o que tínhamos como hegemônico do Projeto Ético-Político está em xeque. Nesse embate, o enfrentamento prioritário deve ser à indiscriminada expansão do ensino privado e a distância, pois é, também por eles, que tem ocorrido o tensionamento pela reconfiguração e deslegitimação do Projeto Ético-Político do Serviço Social pela emancipação humana. Tendência que se consolida à medida que o desmonte e a mercantilização do ensino público avança, sob as políticas educacionais preconizadas pelos organismos internacionais e intensificada sob o governo Bolsonaro, com seu projeto de desmonte da universidade pública.

É esse o principal viés que interdita qualquer avanço na teorização e no exercício da profissão de assistente social. O pensamento pós-moderno, ao alastrar-se nas escolas de Serviço Social e trazer consigo a reflexão imprecisa de uma realidade cada vez mais complexa, e que exige pesquisa e elaboração cada vez mais precisas do tempo presente, contribui fortemente para a ascensão de um profissional de perspectiva imediatista, desconectado do universal, arredio à análise econômica de maior profundidade, preso à

---

<sup>4</sup> No Maranhão, existem 58 escolas de Serviço Social, das quais 37 na modalidade a distância (todas privadas) e 21 na modalidade presencial — dessas, apenas uma pública (e-MEC, 2022). O que constatamos da expansão das escolas do Serviço Social no Maranhão é parte do todo que ocorre no País.

epiderme das origens das expressões da questão social, mas distante de sua investigação mais universal, totalizante, que exige elaborações mais complexificadas e desprovidas da influência do *espírito do tempo* que impõe uma perspectiva de abandono das utopias, sobretudo se vinculadas a um projeto de transformação da realidade que lhe é dada imediatamente.

Ao recusar o trabalho como componente fundante do ser social, da sociedade na qual se debruçará em seus problemas imediatos e mediatos, o profissional do Serviço Social sob a perspectiva pós-moderna incorpora, consciente ou não, uma dupla perspectiva: (i) o abandono do projeto de sociedade trazido pela classe que porta, desde 1848, o projeto iluminista deixado à margem pela classe burguesa; e (ii) as bases sob a qual se funda toda a teoria ideopolítica que dá suporte ao Projeto Ético-Político que sustenta a construção da profissão, especialmente no Brasil.

O primeiro passo para resistir a essa avassaladora onda conservadora sobre o Serviço Social é problematizar sua influência sobre a formação profissional do/a assistente social contemporaneamente e, por conseguinte, os desafios trazidos para o exercício da profissão. Para tanto, é preciso reafirmar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como eixo de organização da resistência nesse processo.

### Considerações finais

Dessa forma, as tendências (i) à consolidação da política privatista na formação profissional nas escolas de Serviço Social; (ii) à educação a distância como principal modalidade do ensino de Serviço Social no Brasil; e (iii) à precarização das condições do ensino do Serviço Social conduzem a mais impactante das tendências junto ao Projeto Ético-Político da profissão: **a restauração do conservadorismo no Serviço Social metamorfoseado pelo pensamento da ideologia pós-moderna.**

Desses elementos, resulta o seguinte cenário: o Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua hegemonia no interior da formação profissional está sob duplo ataque: de um lado, pelo conservadorismo metamorfoseado pelo pensamento pós-moderno, que levanta a tese segundo a qual o projeto ético-político não dá conta da prática profissional; e do outro, pelos setores que aderiram à flexibilização dos princípios que sustentam o Projeto Ético-Político (BRAZ, 2004). Ambos, confluindo para o fortalecimento da *avalanche conservadora e direitização* da sociedade capitalista que tem hegemonizado a sociedade brasileira (ABREU; LOPES, 2006). Nesse sentido, aprofundou-se a radical alteração do perfil profissional tanto qualitativa quanto quantitativamente: os cerca de 200.000 assistentes sociais ativos/as no Brasil, segundo o Recadastramento Nacional Obrigatório de Assistentes Sociais (CFESS, 2019).

Também Netto (2007) advertia para a necessidade de compreender essa realidade sem qualquer ilusão otimista. O cenário atual, no qual a **formação profissional pragmática voltada ao mercado, com redefinição do papel da universidade e afastamento da concepção de formação elaborada sob o projeto ético-político do Serviço Social, a partir do pressuposto do abandono da luta de classes e da análise crítica da sociedade**, torna-se o panorama inelutável sob o qual devem se debruçar as forças comprometidas com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nesse processo, retomar a Gramsci é inevitável: “É

preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”. (GRAMSCI, 2001a, p. 267).

Nesse contexto, a hegemonia do Projeto Ético-Político está sob inédito e forte combate, mas tem reagido com a fortíssima resistência que o tempo requer. Nesse embate, o enfrentamento prioritário deve ser à indiscriminada expansão do ensino privado e a distância, pois é por eles que se dará o tensionamento pela reconfiguração do Serviço Social e a deslegitimação de seu projeto ético-político pela emancipação humana. Sem, porém, deixar de atentar ao desmonte e à mercantilização que vem sendo impostos ao ensino público sob as políticas educacionais preconizadas pelos organismos internacionais.

### Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista Lopes. A formação profissional do assistente social no contexto da atual reestruturação do capital: respostas e questões das diretrizes curriculares no Brasil. *In: CONGRESO MUNDIAL DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL*, 33; CRECIMIENTO Y DESIGUALDAD: ESCENARIOS Y DESAFIOS PARA EL TRABAJO SOCIAL DEL SIGLO XXI, , 2006, Santiago, Chile. **Anais [...]**. Santiago, Chile: IASSW/ACHETS, 2006.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista Lopes. A questão da identidade profissional do Assistente Social: constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES(AS) EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS)*, 16., Vitória (ES), 2018. **Anais [...]**. Vitória: ENPESS, 2018.

BRAGA, Ruy. Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização. *In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL. Sistema e-MEC. **Instituições de ensino superior e cursos cadastrados**. Brasília, DF, 2021. Não paginado. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, p. 48-68, jul. 2004.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Recadastramento Nacional Obrigatório de Assistentes Sociais**, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em: 24 ago. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

CUEVA, Agustín. (org.) **Tempos conservadores**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes. (org.). **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais: o princípio educativo; jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: temas de Cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

INEP. **Censo da Educação Superior 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acessado em: 24 ago. 2022.

LEHER, Roberto. Guerra Cultural e Universidade Pública. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Future-se**: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos, SP: Diagramação Editorial, 2020. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se>. Acesso em: 18 jun. 2020.

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina**: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano III, n. 3, 2. ed., 2004.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à Crise. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n. 10, 2007.

NETTO, José Paulo. Posfácio. *In: O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, F. Quem canta de novo L'Internazionale? *In: SANTOS, B. (org.). Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROUANET, Paulo Sérgio. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Ângela Tude. *Sobre o americanismo de Antônio Gramsci*. Campinas, SP: Editora Unicamp/FCH/Departamento de Sociologia, 1992. (Textos didáticos, n. 5).

SOUZA, Camila Cristina de Castro. *A formação profissional em Serviço Social e a questão ético-política no contexto da expansão do ensino superior no Maranhão*. (dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís: 2019.

SOUZA, Jamerson M. A. de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: editora UFPE, 2020.

*Submetido em: 09/09/2022*

*Revisto em: 09/10/2022*

*Aceito em: 28/09/2022*